

SEXISMO NA LINGUAGEM

Maria Marta Furlanetto *

“A presença da ideologia é (...) um fato de conotação que escaparia totalmente a uma análise que se limitasse às duas faces do signo saussuriano, que não indagaria por que se chama GATO a um Gato.”

(LOUIS — JEAN CALVET)

O tema proposto no título deve interessar, muito especialmente, às mulheres que pretendem assumir uma perspectiva feminista, sem a conotação pejorativa que atribuem ao termo muitas pessoas ainda desligadas da problemática que representa a luta pela liberação da mulher, ou — e talvez mais sensivelmente — daquelas a quem não interessa de fato qualquer mudança cultural neste sentido.

Não se trata de trabalho original nosso. Desejamos apenas tornar público o que se concluiu de pesquisa de campo de grande interesse social, pela sua seriedade e tratamento científico, realizado pela Professora Isaura Maria Gama da Silva, pertencente ao quadro da Secretaria de Educação e Cultura do Sergipe. A pesquisa foi apresentada recentemente como dissertação de Mestrado em *Linguística*, na UFSC, e elogiada como trabalho pioneiro no Brasil.

Utilizando como instrumento de trabalho um questionário aplicado a 80 informantes, naturais do Nordeste e do Sul do Brasil, de onde se extraiu uma amostra representativa, selecionada de um amplo “corpus” de itens lexicais, a autora buscou evidenciar a conotação sexista (ideológica) presente nos conteúdos de palavras referentes ao homem e à mulher. Baseou-se, linguisticamente, na compreensão do ato de fala como prática social, realizada em contexto ideológico, e, sociologicamente, na teoria do processo de estigmatização, de Erving Goffman.

É, inicialmente, o que fica explicitado: o processo de estigmatização da mulher, com a produção conseqüente de sua identidade deteriorada.

É dentro de um contexto de socialização, em que as pessoas são categorizadas através de atributos, com os quais procuram se identificar (“eu social”), e, ao mesmo tempo, identificar o “outro”, num processo relacional impregnado de ideologia, que surge o ser social *estigmatizado*, entendido como não capacitado para a plena aceitação social. Insiste-se no termo *relacional*, aqui: o estigmatizado só existe em função de outrem,

considerado “normal” — absoluto, superior. Assim se apresenta a mulher em relação ao homem, havendo necessariamente um contexto histórico — social — ideológico justificando atitudes preconceituosas, agindo no sentido da “educação do consentimento”, de aceitação da condição de inferioridade.

O sexo se apresenta como atributo responsável pela estigmatização da mulher, assim encarada de um ponto de vista da ideologia machista, legitimando sua natural superioridade para manter um sistema discriminatório de categorias sexuais. O sexo feminino, nessa perspectiva, aparece como desvantagem original, gerando uma desigualdade *social*. O que significa que determinada realidade biológica sofreu um “ajuste cultural”. Natureza e sociedade apresentam, assim, implicações e limitações recíprocas, num processo dialético.

A ideologia machista, pela diferenciação manifestada historicamente na organização familiar, conduzindo à família monogâmica, leva essencialmente à alienação comum. O homem se aliena pela consideração de sua “normalidade” como fundada na natureza: por outro lado, aliena a mulher, imputando-lhe a condição de estigmatizada, pela qual a encara como “inferior”. As discriminações sociais dos sexos, que correspondem a uma relação de dominação, se mascaram, no entanto, como qualquer coisa baseada na própria natureza. E a ideologia, agindo aqui no sentido de “falsa consciência”, legitima o estigma do sexo feminino.

O quadro ideológico em que a autora insere o machismo se apresenta, por sua vez, na perspectiva do trabalho, como uma manifestação de fundo do sistema capitalista, em que a sociedade se apresenta essencialmente dividida em classes, concorrentes e competitivas.

“O modo capitalista de produção aparece (...) como produtor de uma igualdade jurídica entre os homens, sob o pretexto de que a realização do ser social está na dependência direta da sua capacidade individual”. Nesse mecanismo, contudo, aparece a limitação de potencialidades humanas, e o sexo, exatamente, se apresenta como fator de discriminação *social*, em conformidade aos ideais do sistema capitalista, que busca esquemas “coerentes” para harmonizar as contradições das práticas sociais, para resolver seus problemas — e assim são criados os “mitos”, que têm uma função alienante. Daí à mistificação, o passo é muito pequeno — ou nenhum. O mito da “virilidade” e o mito da “feminilidade” aparecem, neste contexto, como noções da validade absoluta, manifestando uma oposição tanto mais arraigada quanto se coloca como natural. Ideologicamente falando, apresenta-se a correlação: viril-normal/feminina — estigmatizada. A partir daí, uma série de atributos se relacionam, exprimindo um suposto caráter natural quanto à essência do homem e da mulher: forte-frágil, estável-volúvel, ativo-passivo, vigoroso-débil, dominador-dominada...

Pior ainda: moralmente, a ideologia sexista insere a categoria *permissividade* em termos positivos para o homem, negativos para a mulher — a satisfação sexual desta deve se restringir aos limites do casamento; o que leva à consideração de que o casamento só é monogâmico para a mulher. O mito da virgindade se preserva especialmente no padrão de moral cristão, onde a virgindade se apresenta como atributo sagrado.

É na “família nuclear” que o regime capitalista encontra apoio e fundamento de seus interesses, resumidos na manutenção de seu equilíbrio estrutural político-econômico-social. Em última análise, ela funcionaria como instrumento eficiente de aceitação e consentimento com referência ao quadro ideológico dentro do qual o capitalismo se desenvolve. Devem permanecer os valores que interessam a quem domina; assim é que o sexo passa a funcionar como elemento de discriminação social.

Nesse quadro, a prostituição é a imagem mais contundente do “mal necessário”, dada a liberdade de prática sexual com que é premiado o homem. Essa moral, entretanto, não passa de uma moral utilitária, sustentada pelo capitalismo, onde a preservação da família é um objetivo básico. O machismo é, conseqüentemente, mantido e legitimado pelo regime que ele mesmo ajuda a sustentar. Nesse contexto, a mulher que se mantém solteira não desempenha “naturalmente” o seu papel da estrutura social — passa à categoria de “solteirona”, termo evidentemente carregado de conotação sexista.

Por outro lado, salienta nossa autora: aparece necessariamente a tese que reduz a mulher a um *objeto*, em que as características físicas são o que conta, como reverso da negação de sua capacidade cognitiva — é o processo de reificação; mulher é objeto de consumo. Nessa perspectiva, o que pode haver de melhor do que a propaganda, que se esmera na erotização, que funciona, além de tudo, como sublimação das tensões sociais?

A identidade deteriorada da mulher pode ser definida, nesse ponto, como “produto de uma tipificação estereotipada pelo processo sociológico que visa à estabilidade da estrutura social”.

Entretanto, também o homem é atingido nesse processo de socialização em que a mulher aparece como ser estigmatizado. Também o homem aparece como uma perspectiva, antes que como pessoa, gerada em situações sociais; é o seu papel de interação o que realmente conta, não a sua individualidade concreta.

Num segundo passo, a autora examina a controvertida questão da relação língua/cultura. Depois de traçar um breve histórico da problemática, situa-se numa perspectiva sociolinguística, em que língua e cultura, linguagem e sociedade, fatos lingüísticos e fatos sociais se apresentam em termos de causas e efeitos, em bilateralidade: a linguagem influi sobre o estado e desenvolvimento da cultura, que, por sua vez, atua sobre a linguagem — bilateralidade que se processa em implicação recíproca. Salienta, ainda, que é a produção lingüística, na prática social — a práxis da língua — que é responsável pela interação e ação social, como fenômeno de comunicação. Nessa interação, destaca-se a ideologia como elemento integrador da cultura, levando a coletividade a forjar “uma representação de si própria”. “A língua não só reflete a ideologia da cultura como também é segmento material dessa cultura”.

O léxico, nessa perspectiva de inter-relação língua/cultura, apresenta-se como o componente que melhor evidencia essa inter-relação. A lexicologia chega mesmo a ser definida, por Georges Matoré, conforme cita a autora, como uma “disciplina sociológica que utiliza o material lingüístico constituído pelas palavras...”

Explícita, entretanto, que, na realidade, é “todo um complexo de imbricação de fatores lingüísticos e extralingüísticos que dá o estatuto da palavra no discurso.” Como instrumento de socialização, a linguagem, consubstanciada na palavra, se apresenta como um fenômeno essencialmente ideológico. Daí que o discurso seja entendido como instrumento legitimador de ideologias.

O problema da diferenciação sexual na linguagem tem sido discutido amplamente em Ciências Sociais, desde o século XVII. No âmbito da ciência lingüística, os estudos sempre foram falhos, especialmente pela não observância da correspondência entre variações lingüísticas segundo o sexo e o uso do gênero. Os estudos eram isolados.

Parece que a perspectiva do relacionamento sexo/linguagem ainda não mereceu tornar-se foco de estudo, com objetivos bem definidos e análise profunda, pelo menos, até a época atual, no Brasil.

Assim, com esse trabalho, que se poderia chamar pioneiro, a autora tentou articular os enfoques sociológico e lingüístico, encarando o sexismo na linguagem como “um estudo da ideologia machista presente na linguagem”. A palavra, nesse quadro, aparece impregnada de conotação sexista, num segundo nível de significação, que surge pela influência da ideologia sexista.

Como evidência dessa impregnação, citamos dois exemplos da autora, sem comentários (desnecessários): “O dinheiro de fulano é *fêmea*”: “Tal projeto é um projeto *macho*”.

A análise proposta se limita a cinco temas, dentre os constantes no roteiro de entrevista; esse conjunto, no entanto, se apresenta como representativo, evidenciando, com base no tratamento estatístico, a conotação sexista segundo uma linguagem de relação.

a) *virilidade x feminilidade.*

A virilidade se legitima, pela ideologia machista, a partir de sua negação, a feminilidade. Atributos antinômicos acentuam a diferença discriminatória entre os sexos: macho/fêmea, másculo/feminina, homem/mulher, este último par referindo-se à categorização social. Em termos de quantificação, o homem é encarado como *macho*, por excelência, englobando este termo a referência ao desempenho tanto sexual quanto social — com uma conotação de elogio. *Fêmea*, por outro lado, se refere especialmente a desempenho sexual, e recebe, na maioria dos casos, a conotação de insulto, dado que este desempenho deve se restringir ao casamento.

Os atributos imputados à virilidade impõem, pelo que conotam, uma relação de dominação: *potência* sexual implica *poder* psicossocial (apetite/sexual, resistência, energia, força, coragem, vigor, dinamismo, personalidade, caráter são alguns dos itens lexicais relacionados a essa categoria).

Os atributos imputados à mulher na área sexual, no entanto, se apresentam socialmente como fatores de descrédito. Por isso é que se pode dizer que são atributos “desejáveis”, mas não “desejados”: sexy, sensual, fogosa, quente, carinhosa, dócil, frágil, submissa são alguns dos itens lexicais que manifestam a “intencionalidade sexista”.

b) *virgindade*.

O problema da virgindade atinge invariavelmente a mulher, como atributo “desejado” socialmente. Aparece claramente à autora que termos como mancebo, menino, criança, adolescente, aplicados ao sexo masculino, denotam faixa etária, ao passo que, freqüentemente, menina, moça, mocinha conotam ausência de atividade sexual. A restrição sexual imposta à mulher transcende o campo sexual e penetra no social, inegavelmente.

A moral cristã, por outro lado, acaba respondendo à ideologia machista, o que transparece em itens lexicais correspondentes a atributos “desejados”: casta, pura, imaculada, inocente, direita, de bem, de família; trata-se do que a autora chama de “falsa idealização da mulher virgem”, através da negação da prática sexual no sexo feminino. Para o homem, é exatamente a virgindade que se apresenta como fator de descrédito social. Assim, contraditoriamente, a sociedade aceita a prostituição como “mal necessário”, e o homem virgem pode receber atributos negativamente conotados, como: babaca, medroso, mole, idiota, doente (mental).

c) *aparência física*.

Na mulher, é sempre enfatizada pela ideologia machista. No homem, o corpo não precisa ter mais que uma forma humana, aparecendo com valor puramente *funcional*. Assim, beleza aparece como categoria de valor para definir o mundo feminino, em dualismo com funcionalidade, o que reflete “a lógica da ordem social sexista”.

Como prática social, deve transparecer na fala o que nasce da práxis, e é dessa forma que o mundo reificado se formaliza através do código linguístico. São testemunhas disso, itens aplicados à mulher, como: avião, violão, locomotiva, boneca, pedaço. *Boneca*, muito especialmente, conota a intenção de que a mulher sirva de objeto de satisfação sexual e de enfeite, decoração. *Boneco*, em contrapartida, definindo o homem funcionalmente, tem outra conotação: a de pessoa que se deixa levar, palhaço, fantoche.

A fealdade na mulher, por outro lado, se associa metaforicamente a *imprestabilidade*, servindo à ideologia machista, que pretende ser a beleza pré-requisito para a realização da mulher no “mundo conjugal”. É o que expressam itens lexicais como: traste, lixo, bagaço, bofe, bucho, ranho, canhão, bonde. Além disso, *bucho* e *bofe* trazem conotação injuriosa à reputação moral da mulher, conforme registro no dicionário de Aurélio.

Uma segunda forma de reificação da mulher, na medida em que deve satisfazer sexualmente o homem, é exatamente defini-la pelo sexo. Segundo o levantamento estatístico da autora, o item lexical mais freqüente é *boa* (boazuda), tendo havido uma manifestação quanto ao correspondente masculino, *bonzão*, termo em que o dicionário, contudo, não legitima.

Por outro lado, faz-se freqüentemente analogia entre atração sexual da mulher e “comestibilidade”. A conotação sexista introduz um sujeito agente da categoria do sexo masculino e um objeto “comestível” da categoria do sexo feminino. Daí os atributos (gustativos): apetitosa, gostosa, e aqueles em que a mulher aparece reificada em comestíveis: chuchu, uva, filé, pitu. A proporcionalidade de freqüência para um item como *pão*,

aplicado ao homem, é muito baixa para que se fale em relevância nessa categoria. A mulher aparece efetivamente como "comida", enquanto o homem se coloca sempre como o "bom glutão".

d) *infidelidade conjugal.*

É nesse tópico que aparece com mais nitidez a duplicidade do padrão de moral da sociedade, salienta a autora. De fato, admite-se apenas para o homem uma poligamia inata, situação que se impõe como normal e aceita socialmente. A ideologia pressiona no sentido de reprimir a mulher, de um lado, e de levar os homens à opressão, de outro lado, visto que, para a estrutura familiar de que o capitalismo depende, a infidelidade da mulher é realmente perigosa. Daí a carga intensa de conotação negativa dos itens: adúltera, prostituta, puta, pistoleira, vagabunda, perdida, imoral. Um homem "infiel", entretanto assume as características de vivo, dono da bola, o bom, o total, o paquerador, sabido. A infidelidade da mulher corresponde necessariamente a uma ameaça à virilidade do homem: ser vítima de adultério é perder uma batalha, de onde que um vocabulário injurioso lhe é atribuído: corno, chifrudo, galhudo ... representativo do descrédito social.

Por outro lado, considerando que a sujeição é atributo ajustado (culturalmente) ao sexo feminino, em nenhum dos itens correspondentes quanto à infidelidade do homem se apresenta relevantemente a conotação de desprestígio social. A mulher é preferencialmente apenas *traída, enganada, vítima de adultério*, itens que não apresentam discriminação social; ou simplesmente encarada em termos piedosos, dirigidos à "vítima": *pobrezinha, infeliz, conformada, sofredora, Amélia, santa* (por idealização). O que traduz bem a sua condição de estigmatizada.

e) *passividade.*

A ideologia machista atribui o caráter "passivo" à mulher, em contrapartida ao "ativo" e "agressivo" do sexo masculino, que manifesta uma pretensa superioridade masculina, com objetivos bem definidos, em conformação a certos ideais sociais... O que se manifesta lingüísticamente de modo claro nos verbos referentes ao intercuro sexual: comer, possuir...

Terminamos com uma citação de Herbet Unterst ("O feminino e o masculino na psicologia analítica"), feita pela autora do trabalho:

"A diferença dos sexos se reflete na própria língua, instrumentário principal de o homem construir seu mundo. A língua que falamos é "sexuada" e molda nosso pensar antes mesmo de distanciar-nos criticamente da forma a que confiamos o resultado de nossas elucubrações."

Para quem quiser ver e sentir.

* Doutor em Lingüística pela Universidade de Paris VIII. Professor Titular de Lingüística na UFSC e na FEPEVI, de Itajaí.